

HABEAS CORPUS Nº 548.719 - SP (2019/0357294-9)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES
ADVOGADO : VICTOR HUGO ANUVALE RODRIGUES - SP331639
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ELIEZER GONCALVES DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ELIEZER GONÇALVES DO NASCIMENTO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n.º 2208622-89.2019.8.26.0000).

O Paciente – preso em flagrante, em 04/04/2019, teve convertida a prisão em preventiva no dia posterior – foi condenado à pena de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 1.000 (um mil) dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, c.c. o art. 29 do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade.

Isso porque, juntamente com uma corré, guardava e mantinha em depósito "02 (duas) porções de Cocaína (crack), com peso líquido de 215,53 g (duzentos e quinze gramas e cinquenta e três centigramas), e 02 (duas) porções de Cocaína, com peso líquido de 438,61g (quatrocentos e trinta e oito gramas e sessenta e um centigramas)" (fl. 111).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fl. 16):

"Habeas Corpus – Tráfico de drogas – Pleito de revogação da prisão preventiva – Liminar indeferida – Decisão que decretou a preventiva suficiente e adequadamente fundamentada – Presença dos requisitos ensejadores da manutenção da prisão preventiva, consistentes na conveniência da instrução criminal e garantia da aplicação da lei penal – Paciente que tem maus antecedentes – Constrangimento ilegal não configurado – Ordem denegada no mérito."

Nas razões deste *writ*, o Impetrante alega a ausência de motivação na sentença, quanto ao direito de o Paciente recorrer em liberdade.

Superior Tribunal de Justiça

Argumenta que, nos termos do art. 387, § 1.º, do Código de Processo Penal, o Magistrado, no momento da prolação da sentença, deve fundamentar a manutenção da custódia cautelar, o que não teria ocorrido no caso. Ressalta que o Paciente ostenta condições pessoais favoráveis. Afirma a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, inclusive liminarmente, seja concedida ao Paciente a liberdade provisória, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Postula, ainda, a concessão de liberdade provisória *"em razão do excesso de prazo para a formação da culpa"* (fl. 13).

É o relatório inicial.

Decido.

Em juízo prelibatório, entendo não demonstrados os requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência requerida.

Por um lado, vê-se que a questão acerca do suposto excesso de prazo na formação da culpa é matéria que sequer foi tratada pelo acórdão impugnado, razão pela qual a análise diretamente por este Superior Tribunal de Justiça configuraria vedada supressão de instância.

Por outro lado, exsurtem como válidos os fundamentos utilizados pelo juízo de primeiro grau para decretar a prisão preventiva, os quais foram mantidos pelo Tribunal *a quo*, notadamente o trecho que se segue:

"Os elementos de convicção produzidos até o presente momento demonstram comprovada a materialidade e indícios suficientes de autoria. Assim, pelo que se depreende dos autos, mormente o local dos fatos, conhecido como ponto de intensa traficância, o que, inclusive, ensejou a expedição de mandado de busca e apreensão na residência dos autuados, os depoimentos dos policiais e a quantidade de droga apreendida, fortes são os indícios de que os autuados exercem, neste município, o comércio ilegal de drogas, a ensejar, desde agora, a garantia da ordem pública, a qual, restará ameaçada se ele, envolto nesta grave acusação, permanecer em liberdade. Anoto que o autuado possui vasta folha criminal (fls.), sendo egresso do sistema prisional, ostenta condenações pelos mais variados delitos (roubo, furto, tráfico), sendo que desde longa data se dedica à prática de condutas delituosas."

Superior Tribunal de Justiça

Outrossim, a jurisprudência da Suprema Corte é no sentido de que "*a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva*" (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018).

E, com a prolação da sentença condenatória, que impôs ao réu, ora Paciente, a pena de 10 (dez) anos de reclusão, em regime inicial fechado, disse o magistrado de piso que, "*considerando-se que o acusado Eliezer permaneceu preso durante todo o procedimento penal, não poderá recorrer em liberdade, notadamente diante da condenação ora externada, que faz sugerir a necessidade da manutenção da segregação cautelar como forma de garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal. Recomende-se-o no presídio em que se encontra*" (fl. 134).

"*A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a persecução criminal, se persistentes os motivos para a preventiva* (HC n. 442.163/MA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 21/6/2018, DJe 28/6/2018)" (RHC 119.052/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/11/2019, DJe 26/11/2019.)

Desse modo, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de Justiça de origem, que deverão vir acompanhadas da chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ

Relatora